

**O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA  
E O LIVRO DIDÁTICO:  
O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM  
DA LÍNGUA MATERNA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

*Andreia Silva de Assis* (UENF)  
[andreiad.silva@hotmail.com](mailto:andreiad.silva@hotmail.com)

*Liz Daiana Tito Azeredo da Silva* (UENF)  
[lizdaiana@ig.com.br](mailto:lizdaiana@ig.com.br)

*Eliana Crispim França Luquetti* (UENF)  
[elinaff@gmail.com](mailto:elinaff@gmail.com)

**RESUMO**

Com a divulgação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCN, o sistema educacional brasileiro vem sofrendo mudanças gradativas a fim de desenvolver e alavancar, de maneira eficaz, o ensino. Na disciplina de língua portuguesa, observa-se a preocupação em proporcionar um ensino baseado nas novas descobertas da linguagem e, conseqüentemente, o reconhecimento do seu caráter heterogêneo. Mas, mesmo assim, podemos alegar que a escola, e logo a sociedade, não aceitam a heterogeneidade da língua, preocupando-se apenas com a correta língua descrita pela tradição gramatical, e ao fazer isso, marginaliza as demais variantes, considerando-as um erro. Nesse sentido, na tentativa de minimizar e colaborar para uma educação linguística mais eficaz, relevante e menos elitista, diversos autores como Bagno, Soares e Labov acreditam que a sociolinguística pode auxiliar os docentes nesta tarefa de educar sem atuar negativamente na constituição da identidade social e linguística do indivíduo. Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender a relevância da educação linguística no processo de ensino-aprendizagem de língua materna, assim como a questão da variação linguística no âmbito escolar. Procuraremos discutir alguns equívocos cometidos pelos profissionais da educação, no que tange a variação linguística e norma padrão, como essas concepções desarmonizadas geram entraves que comprometem as discussões na sala de aula, cultivando uma ideologia tendenciosa e conservadora. Para tanto, analisaremos, através de questionários, os livros didáticos aprovados pelo PNLD de língua portuguesa para os anos finais do ensino fundamental, observando qual a metodologia de ensino abordada no tocante ao tema variação linguística.

**Palavras-chave:** Variação linguística. Livro didático. Formação docente.

## 1. Introdução

No contexto educacional, nas práticas pedagógicas, o ensino de língua portuguesa, apesar das inovações no âmbito da ciência da linguagem, continua baseado em uma metodologia tradicionalista. Isso ocasiona problemas diversos na aprendizagem dos alunos, que são muitas vezes depreciados pela forma como falam. Na verdade, o ensino de língua portuguesa passou a ser conhecido como ensino de gramática, de forma que seus conceitos e regras são apresentados de maneira compartimentada e descontextualizada. Dessa forma, os docentes são direcionados a preparar suas aulas moldados no ensino normativo, caso contrário, não é considerado ensino.

Por esse motivo, tal ensino de língua materna promovido pela escola, tem mais a atrapalhar do que a desenvolver a competência comunicativa dos alunos. Na verdade, o que ocorre é uma confusão nos conceitos de língua e linguagem gerando preconceito que se reflete na sociedade, de que não sabemos falar o português corretamente.

Sabemos que língua e linguagem não são a mesma coisa, mas que estão entrelaçadas pelo laço social da interação. Língua é o conjunto de sinais, são as convenções sociais feitas para caracterizar um idioma, e linguagem é a efetivação desse idioma, é a capacidade do indivíduo de comunicar-se por diversos tipos de canais e concretizar a língua, e o faz no ato de comunicação cotidiana, seja de caráter formal ou informal.

Por isso dizemos que todo indivíduo falante de sua língua sabe seu funcionamento. O que acontece é que esse falante, muitas vezes, domina apenas uma variante dessa língua, e é dever do ensino de língua materna preparar seus alunos para perpassarem de uma variante a outra sem grandes problemas. Mas, para isso, precisamos conscientizar a sociedade como um todo que toda variedade de uma língua é igualmente importante e tem seu lugar. O grande problema é que existe um preconceito da variedade oriunda das classes menos favorecidas, como se seus falantes fossem pessoas sem cultura, geralmente essas pessoas estão à margem da sociedade. O que aparenta ser é que, na verdade, julga-se o indivíduo que está falando, e não necessariamente o que ele está falando.

Nossa proposta de estudo é justamente conscientizar que tanto a gramática quanto a variação de uma língua são componentes igualmente importantes para o processo de ensino-aprendizagem, por isso é interessante se verificar de que forma a variação linguística vem sendo tratada

nos livros didáticos aprovados pelo PNLD/2014, já que esse tema é bem pontuado no PCN desde sua publicação. Muitas vezes, o livro didático é o único material de apoio do professor e acesso do aluno, e se este não o faz de maneira satisfatória, ocasiona uma lacuna na vida escolar.

## 2. *Referencial teórico*

Estamos no século XXI, avanços tecnológicos mostram o rumo que se deve seguir. Inúmeras pesquisas são produzidas, patrocinadas pela sociedade, a fim de se avançar em todas as ciências, com o intuito de saber o presente, entender o passado e prevenir para o futuro. Os resultados obtidos pelas pesquisas são aplaudidos pela sociedade, já que mais um passo foi dado na história da humanidade. No entanto, quando se fala da própria língua a história muda de figura. A gramática normativa continua repetindo conceitos produzidos e descartados há anos e, no entanto, a sociedade, representando o interesse de alguns tradicionalistas, não aceita as inovações repudiando e banalizando as novas teorias da linguagem (BAGNO, 2007).

Com isso, a língua evolui, em sua qualidade máxima de ser heterogênea e viva, porém, lamentavelmente, ao deparar com os manuais de regras, ainda encontramos normas que há muito não são usadas, colocando os novos usos e dizeres como desvios e erros da oralidade.

Em 1997, o Ministério da Educação, preocupado com a renovação do ensino de todas as disciplinas das escolas brasileiras, lançou uma coleção de documentos que norteariam a educação nacional, os *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Desde então, tinha-se uma preocupação em desenvolver, de maneira mais eficaz, as mudanças curriculares que iriam alavancar o ensino (BAGNO, 2007). Na disciplina de língua portuguesa, observa-se a preocupação em proporcionar um ensino baseado nas novas descobertas da linguagem e, conseqüentemente, o reconhecimento do caráter heterogêneo da língua.

A língua portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum considerar as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentados, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo da educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar língua portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o

de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (PCN, 1997, p. 26)

Desde então, existe uma preocupação com o tipo de ensino de língua desempenhado pela escola e seu reflexo na sociedade. Esse documento trouxe um ganho significativo, ponderando que, até então, a escola tradicional negava a existência da variação linguística como matéria de ensino, pois era considerada sinônimo de erro, incumbindo à escola a responsabilidade de corrigi-los. Com a publicação dos PCN, observa-se que o dispositivo educacional reconhece que existem falas dialetais que competem com a língua oficial, e que são discriminadas. No entanto, segundo Faraco (2008):

Temos de reconhecer que estamos muito atrasados na construção de uma pedagogia da variação linguística. Parece que não sabemos, de fato, o que fazer com a variação linguística na escola. E o que temos feito é seguramente bastante inadequado. (FARACO, 2008, p. 179)

O ensino tradicionalista até então desenvolvido pela escola, em que o indivíduo deveria reproduzir a língua descrita pelos manuais, refletiu na sociedade uma conduta preconceituosa em relação à linguagem falada. Esse preconceito enraizado gera problemas profundos e divisórios, já que os indivíduos são categorizados pela forma como falam. Na escola, os alunos são medidos pela maneira como se articulam e qualquer desvio da norma padrão é encarado como erro, que precisa ser consertado, sem levar em consideração sua origem sociocultural. Geraldi (1996) sinaliza para os professores de língua portuguesa a importância de ensinar a norma padrão sem que isso signifique depreciar sua linguagem familiar.

Cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de uma outra forma de falar o dialeto padrão, sem que isso signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc. Isso porque é preciso romper o bloqueio de acesso ao poder e a linguagem é um de seus caminhos. (GERALDI, 1996, p. 163)

A linguagem falada por qualquer indivíduo é resultante de uma série de características, sendo, portanto, considerada individual e particular, já que representa a linguagem de seu grupo social. A escola deve

considerar a linguagem trazida pelo aluno, sem desprezar e trata-la como um simples erro gramatical. Desconsiderar outras formas de fala traz malefícios, porque, muitas vezes, o aluno não consegue compreender o ensino proposto pela escola. Segundo Soares (1989), o problema está na linguagem utilizada na escola:

É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracasso: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante-padrão socialmente prestigiada. (SOARES, 1989, p. 17)

Um dos motivos pelo qual a aprendizagem não ocorre de maneira eficaz, é que a escola adota o princípio do caráter homogêneo da língua, com o intuito de padronizar a língua falada e escrita na sociedade. O mais interessante é que o ensino de língua é tratado, em sua matriz curricular, como ensino de gramática, esquecendo-se de que o indivíduo, quando chega à escola, já domina a modalidade falada da língua. Ao impor apenas uma variedade, reprime aquela que o aluno já domina, dando-o a “oportunidade” de substituição. Essa repressão, por parte da escola, é pedagogicamente incorreta, segundo Bortoni-Ricardo (2004), pois:

(...) uma pedagogia que culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 38)

A gramática normativa, assim como a escola, vê a língua como sistema homogêneo, pronto e acabado, tendo como base os estudos gramaticais dos gregos e latinos. Nos livros didáticos e nas gramáticas, esta se define como um conjunto de regras que impõem um modelo ideal de língua que deve ser seguido. Assim, a língua escrita se sobrepõe à falada, da mesma forma que somente a variedade culta é passível de ser estudada e aprendida. Possenti (2000) afirma que

O fracasso dos alunos em provas que exigem escrita não é só o fracasso da escola, mas o de uma sociedade que valoriza o que tem pouco valor – escrever sempre as mesmas palavras e frases – e não valoriza o que tem muito valor – a capacidade de alguém ser sujeito de um texto, de defender ideias que se articulem, mesmo que haja pequenos problemas de escrita. (...) Somos uma sociedade que valoriza ortografia e casuísticas medievais sobre correção gramatical. (POSSENTI, 2000, p. 55)

Dentre as diversas variedades que circulam na sociedade, a escola elegeu a variedade de prestígio para ser ensinada. Além disso, ensina-se também seus valores e costumes, a linguagem usada e ensinada é a

mesma falada pela classe abastada socialmente, fazendo com que o estudante da classe desprestigiada socialmente não se sinta pertencente àquela língua e, conseqüentemente, àquela sociedade. Isso acarreta o fracasso escolar e social, já que esse indivíduo terá dificuldades de se engajar de maneira satisfatória na sociedade.

Nesse sentido, Labov (*apud* CYRANKA, 2011) pondera que

A língua da sala de aula deve ser uma propriedade comum de todas as classes sociais e grupos étnicos; livres da identificação com estilo masculino e feminino; neutro em relação à oposição entre alta cultura e cultura popular; independente de outros processos de socialização do sistema escolar; e restaurar o vigor da vida cotidiana. Um passo nessa direção é rejeitar os símbolos socialmente significativos que carregam esse peso social. (LABOV, 1987, p. 145, *apud* CYRANKA, 2011, p. 71)

Quando o aluno já é familiarizado com a variedade culta, sofre menos, já que comete menos erros; no entanto, pode-se dizer que a maioria dos alunos não são sabedores dessa modalidade e isso provoca ruídos entre os interlocutores.

É no meio social que a linguagem se desenvolve, cria, recria e transforma a própria linguagem. Ela, a língua, é sensível a toda mudança cultural que ocorre na vida do homem, seja de ordem individual, social, regional, sexual, etária, como também temporal, que é o caso da mudança linguística (MARTELOTA, 2003, p. 57). Dessa forma, o homem muda a sua linguagem à medida que ele se muda de acordo com suas condições sociocultural, já que tudo está intrinsecamente entrelaçado. Em seus trabalhos, Labov (2008) comprovou como o meio social interfere diretamente na linguagem do indivíduo, surgindo a sociolinguística.

Os PCN introduziram os conceitos de sociolinguística, até então pouco conhecidos na prática docente. No entanto, apesar dos esforços, poucos trabalhos abordam a questão da variação linguística e, menos ainda, para ser utilizado em sala de aula como material de apoio aos docentes. Para Bagno (2007, p. 29): “O resultado disso é que a variação linguística ou fica em segundo plano na prática docente ou é abordada de maneira insuficiente, superficial, quando não distorcida”. Essa utilização distorcida, confusa e propagadora de mais preconceitos da variação linguística é encontrada nos meios de comunicação de massa e em materiais pedagógicos, que ponderam que só existe variedade na fala dos falantes da zona rural e da região norte/nordeste do país.

Com o intuito de mudar esse quadro desastroso, vários trabalhos e pesquisas são produzidos, mas, muitas vezes, poucos deles realmente se

tornam acessíveis à maioria da população. Além disso, quando surgem oportunidades nos meios de comunicação, profissionais de outras áreas acabam deturpando as ideias com informações imprecisas e equivocadas a respeito da linguagem (BAGNO, 2007, 2009). Os meios de comunicação, quando engajados com a verdade e com o compromisso de levar a informação, são fundamentais para a vida em sociedade, mas quando se tem apenas o interesse de alguns em vista, dando ao seu telespectador/leitor uma visão equivocada e distorcida da realidade, ela presta um desserviço à população e a sua dignidade (BAGNO, 2007; SCHERRE, 2005).

Mesmo diante de várias correntes contrárias à sua manutenção, a Sociolinguística vem propondo novos métodos de ensino de língua materna, com o intuito de promover uma educação linguística eficaz e extirpar o preconceito linguístico, tão presente na sociedade, dando a todos os falantes uma igualdade de oportunidades para o aprendizado da língua portuguesa. Para Sgarbi (2008), essa não é uma tarefa fácil, mas possível:

Estudar, ensinar e aprender uma língua, em uma perspectiva sociolinguística, são tarefas para aqueles que conseguem perceber a dinamicidade a que ela está exposta e derrubar o mito de que somente a língua padrão é a única forma correta de pensar esse ensino/aprendizagem. (SGARBI, 2008, p. 168)

No entanto, é importante salientarmos que o docente, ao ensinar a língua padrão, não imponha a substituição de um pelo outro. Ao contrário, deve propiciar ao aluno condições suficientemente claras para que ele possa transitar de um dialeto para o outro sem grandes dificuldades. Segundo Soares (1989, p. 49) “A postura mais amplamente adotada (...) é a de um bidialetalismo: falantes de dialetos não-padrão devem aprender o dialeto padrão para usá-lo nas situações em que ele é requerido”.

Essa postura deveria ser seguida nos livros didáticos que, na maioria das vezes, abordam questões e atividades de fixação de forma a dar ao aluno a perspectiva de que a única forma correta de se escrever e falar é a norma padrão. Apesar da grande melhora na qualidade nos livros didáticos desde a criação do PNLD, ainda há a necessidade de ser revista essa questão da norma padrão e da variação linguística.

Segundo Bagno (2007), um dos principais problemas encontrado no livro didático é a constante ligação do tema variação linguística aos sinônimos de falares regionais, rurais ou de indivíduos não escolarizados ou com nenhuma instrução, por isso a insistência em exibir como exemplos uma tirinha do personagem Chico Bento, um samba do repertório de Adoniran Barbosa ou poema de Patativa do Assaré. Para o autor (2007,